



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº                      , DE 2014**  
**(Do Sr. Jorginho Mello)**

Susta os efeitos da Resolução nº 434, de 23 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Trânsito, que altera redação do § 2º do artigo 1º e do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 429, de 05 de dezembro de 2012, que estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção, de pavimentação ou guindastes (máquinas de elevação)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam sustados os efeitos da Resolução nº 434, de 23 de janeiro de 2013, expedida pelo Conselho Nacional de Trânsito, que altera redação do § 2º do artigo 1º e do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 429, de 05 de dezembro de 2012, que estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção, de pavimentação ou guindastes (máquinas de elevação).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição visa sustar os efeitos da Resolução nº 434, de 23 de janeiro de 2013, expedida pelo Conselho Nacional de Trânsito, que altera redação do § 2º do artigo 1º e do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 429, de 05 de dezembro de 2012, que estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção, de pavimentação ou guindastes (máquinas de elevação).

Importante destacar que nosso setor agrícola carece de incentivos e não de exigências cada vez mais complexas que só aumentam o custo da produção.

O aumento das despesas do agricultor como pagamento de IPVA, licenciamento, seguro obrigatório e demais taxas de expedição de documentos, além de dificultar o trabalho, repercutirão significativamente no preço do produto, que será repassado ao consumidor final, tendo em vista que as máquinas se tornaram indispensáveis para a produção hoje em dia.

Não é possível que todo veículo empregado em serviços agrícolas deverão ter a sua documentação regularizada junto aos órgãos executivos de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal.

Sendo assim, a exigência do Código de Trânsito Brasileiro causa dificuldades desnecessárias ao produtor cujos reflexos atingem a renda familiar, o desenvolvimento agrícola, e o destinatário final. Não é, portanto, uma boa medida para a população.

Tendo em vista que as máquinas agrícolas têm sua fundamental utilização no labor do campo e que o seu tráfego em vias públicas ocorre esporadicamente, no estrito trajeto necessário para deslocar-se de uma propriedade a outra, o registro e licenciamento desses equipamentos deveriam ser dispensáveis.

Deste modo, a presente medida de sustar a supracitada Resolução visa a defender o agricultor brasileiro e assegurar os direitos decorrentes da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em                      de dezembro de 2014.

Deputado JORGINHO MELLO